

UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NO COREDE-SUL

ÁREA: AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL.

MOREL, BLANCA L. G.; PINTO, PAULO R. LESSA; PONTES, RAQUEL P.

RESUMO

O PRONAF foi criado numa década que aconteceram fatos relevantes na política externa brasileira, como a abertura econômica e a criação do bloco econômico MERCOSUL. A partir desses eventos a agricultura brasileira sofreu com a maior concorrência do setor. Desta forma o programa foi criado com o objetivo de dar apoio financeiro aos agricultores familiares, a fim de possibilitar um melhor crescimento e desenvolvimento econômico. Este trabalho tem o objetivo de analisar o desempenho do PRONAF no COREDE-SUL. O principal questionamento é: os municípios integrantes deste Conselho conseguiram alcançar ou melhorar o desenvolvimento econômico de forma sustentável, a ponto de se poder definir como eficiente esta política pública? O trabalho visa uma pesquisa aplicada. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica, através de coletas de dados, obtidos principalmente em órgãos governamentais. Entre 1995 e 2010 o PRONAF liberou um total de R\$ 993 milhões, contabilizando 394 mil contratos. Alguns indicadores verificaram-se melhorias nesses anos de implantação do programa conforme o IDESE, estando classificado como médio desenvolvimento com um índice de 0,75 no ano de 2007. De acordo o Índice de Desenvolvimento Humano, todas as cidades do COREDE-SUL classificaram-se no IDH 2000 como desenvolvimento humano alto.

Palavras - Chave: Agricultura Familiar; COREDES; Desenvolvimento Econômico Sustentável;

Artigo para o 7º Encontro de Economia Gaúcha realizado nos dias 15 e 16 de maio de 2014 na PUCRS.

Autora **Blanca Lila Gamarra Morel**, Doutoranda em Economia do Desenvolvimento pela PUCRS, Mestre em Economia do Desenvolvimento pela PUCRS e Professora Assistente da FURG.

Endereço: Rio Grande/RS; Endereço de e-mail: blancagamarra@yahoo.com.br

Autor **Paulo Renato Lessa Pinto**, Doutor em Economia pela Universidade Complutense de Madrid e Professor Associado pela FURG.

Endereço: Rio Grande/RS; Endereço de e-mail: paulolessa_furg@yahoo.com.br

Autora **Raquel Pereira Pontes**, Mestranda em Economia Aplicada pela FURG, Especialista em Gestão do Agronegócio pela UFPR e Graduação em Economia pela FURG.

Endereço: São José do Norte/RS; Endereço de e-mail: raquel_sjn@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF foi criado numa década que aconteceram fatos relevantes na economia brasileira, como a abertura econômica e a criação do bloco econômico Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. A partir desses eventos a agricultura brasileira sofreu com a maior concorrência do setor. Assim, o PRONAF proporcionou na época a inclusão da agricultura familiar, para a obtenção de recursos, especialmente, o acesso ao crédito, já que até então, estas famílias não tinham o merecido reconhecimento, enfrentado dificuldades para conseguir os financiamentos.

O PRONAF tem como objetivo o desenvolvimento rural sustentável, assim dá apoio às famílias da área rural, para estes ter a possibilidade de investir em seus campos, melhorar suas infraestruturas, produção, conhecimentos técnicos e bem-estar.

Não somente o agricultor ganha com este benefício, visto que, o desenvolvimento gerado neste segmento, afeta toda a população, como a diminuição da pobreza rural, gerando mais renda ao agricultor, diminuição do êxodo rural, diminuindo as grandes concentrações de pessoas nos centros urbanos, maior produção de alimentos, tanto no mercado nacional como no mercado internacional, maior interesse dos integrantes da família agricultora em conhecimentos técnicos, melhorando o nível educacional, melhorar a infraestrutura de bem-estar como educação, saúde, saneamento básico, e também a preocupação com um desenvolvimento sustentável como: reflorestamentos, preservações de matas e/ou florestas, novas alternativas de geração de renda de forma mais ecológica, gera externalidades positivas a população mundial.

Dessa forma este trabalho tem o objetivo de analisar o desempenho do PRONAF no Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul - COREDESUL. O principal questionamento é: os municípios integrantes deste Conselho conseguiram alcançar ou melhorar o desenvolvimento econômico de forma sustentável, a ponto de se poder definir como eficiente esta política pública?

O COREDE-SUL, possui vinte e duas cidades integrantes, estando localizada no sul do Rio Grande do Sul, e tem o objetivo de desenvolvimento regional, harmônico e sustentável. Canguçu é uma das cidades integrantes deste conselho, ela obteve de 1995 a 2010, o maior número de contratos do PRONAF no estado, assim surge o interesse em analisar nesta região o desenvolvimento econômico e sustentável, gerado pelo PRONAF.

Representando 84,4% dos estabelecimentos totais do país o reconhecimento da agricultura familiar foi de extrema importância para o país. O termo agricultura familiar é

recente, sendo antes classificado como agricultura de baixa renda. Com a possibilidade do crédito, o investimento e o crescimento é possível, podendo chegar desta forma em maior desenvolvimento econômico. Assim, surgiu o interesse da análise da eficiência deste programa governamental no COREDE-SUL, no qual, a agricultura familiar é predominante.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO

O setor da agricultura familiar vem tendo uma maior relevância nos assuntos de interesses do crescimento econômico, ganhando espaço em estudos e na visão do governo. O setor vem promovendo benefícios para o país, como já foi verificado em outros estudos e análises sobre o setor. Gerando benefícios como a diminuição do êxodo rural; fonte de renda para as famílias rurais; geração de riqueza e, conseqüentemente, diminuição da pobreza; geração de empregos, importante participação na produção de produtos agrícolas no país, entre outros.

A grande importância nesse setor está em obter não somente o crescimento econômico, mas sim o desenvolvimento econômico e um desenvolvimento que seja de forma mais sustentado possível.

2.1 Agricultura familiar

A discussão do tema vem sendo cada vez mais relevante, já que importantes pesquisas feitas no país mostram números significativos, neste setor, e a preocupação com o êxodo rural e a pobreza na zona rural, se enxerga no desenvolvimento econômico e sustentável, a solução direta para esses problemas e outros como, por exemplo, melhor infraestrutura na zona rural.

De acordo com Brasil (2004) ultimamente a agricultura familiar tem sido bastante ressaltada e conseqüentemente reconhecida, pois além de ser importante na produção de alimentos e matérias primas, tanto para o mercado nacional, quanto para o mercado mundial, é importante para diminuir o êxodo rural, proporcionando à população uma melhor distribuição, diminuindo as grandes concentrações de pessoas, gerando mais empregos, desenvolvendo o turismo rural, e podendo ter uma preservação ambiental.

Conforme Abromovay (1997) a expressão “Agricultura familiar” é recente no Brasil, antes se usavam expressões como “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, e “agricultura de subsistência”, expressões que podem levar a interpretações distorcidas da verdadeira agricultura familiar. Como explica o autor, essas expressões levam a pensar em um

pequeno produtor que vive em uma situação crítica, sem que consiga entrar em mercados mais dinâmicos, de certa forma não está correta, já que a tecnologia esta cada vez mais inserida no campo, pequenas propriedades, mesmo sendo de base familiar conseguem ter uma boa produtividade e estar introduzidas em maiores mercados.

Nesse contexto, vários autores citam sobre o que pensam a respeito da expressão agricultura familiar. Mendonça (2004) *apud* Venâncio (2008) o termo agricultura familiar, faz esquecer a luta histórica pela terra e FERNADES (2001) *apud* Venâncio (2008), crítica a agricultura familiar criada pelo Estado conforme a citação abaixo:

O que está em questão nesses estudos é a defesa da tese de que a agricultura familiar está inserida na lógica do desenvolvimento do capitalismo; que sua existência deve-se muito mais às políticas criadas pelo Estado para garantir a produção de alimentos do que aos interesses políticos e à luta dos pequenos agricultores (FERNANDES, 2001 *apud* VENÂNCIO, 2008).

Somente em 2006, o governo estabelece uma lei para se referir as diretrizes para a formação da agricultura familiar e para empreendimentos da família rural conforme estabelecido na lei 11.326 de 24 de julho de 2006.

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006).

Desta forma, várias são as definições dos autores referindo-se ao conceito de “Agricultura Familiar”, sendo que, no geral, têm o significado de ser uma produção de base familiar. Autores, entidades e outros definem atividades no campo, tamanho da propriedade e demais requisitos para definir o que é agricultor familiar.

2.1.2 A importância da agricultura familiar para o Brasil

No Brasil, a agricultura familiar tem uma participação relevante no crescimento e desenvolvimento do país, conforme demonstram os resultados do último censo agropecuário do IBGE.

De acordo com o relatório do censo agropecuário 2006 do IBGE, existem no Brasil 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, sendo 441.467 estabelecimentos no Rio Grande do Sul. Destes 4.367.902 estabelecimentos são de agricultura familiar. O IBGE informa que os agricultores familiares representam 84,4% dos estabelecimentos totais, mas que ocupam apenas 24,3% da área de estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Segundo o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD (2007), o setor da agricultura familiar representa uma significativa parcela do agronegócio brasileiro e em 2005 a agricultura familiar representou 9% do PIB brasileiro e o PIB da agricultura patronal representou em 18,9%. Do total da participação do setor agropecuário no PIB, em 2005 a participação do PIB do Complexo Familiar Agrícola era de 19% e do Complexo Familiar Pecuário de 13%.

Diversos estudos vêm sendo realizados no país, verificando a importância da agricultura familiar brasileira, desta forma a análise dos estudos, mostra que há um importante valor quantitativo, ajudando no crescimento do país, na geração de riqueza, no entanto, somente o crescimento econômico não é suficiente para o desenvolvimento econômico e conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico sustentável. Desta forma, pretende-se abordar neste trabalho, definições do desenvolvimento econômico sustentável.

2.2 Desenvolvimento econômico

De acordo com Souza (2005) não há uma definição exata de desenvolvimento econômico, mas existem duas correntes de economistas que o conceituaram. A primeira corrente de inspiração neoclássica considerava que crescimento era igual a desenvolvimento, essa corrente tinha inspiração teórica. A segunda corrente, também conhecida de “economistas desenvolvimentistas” com uma inspiração na realidade empírica, acreditava que crescimento e desenvolvimento não possuem o mesmo significado, porém, o crescimento é condição necessária para o desenvolvimento.

O mesmo autor cita que os economistas da segunda corrente são: Prebisch (1949), Furtado (1961), Singer (1977), e os demais autores da tradição cepalina e marxista. E que segundo esta corrente, “o desenvolvimento econômico implica mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda” Souza (2005, p. 6).

Souza (2005) também relata a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, ele explica que o desenvolvimento econômico para que seja

satisfeito precisa com que ocorra um “crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhorias nos indicadores econômicos, sociais e ambientais” (SOUZA, 2005, p. 7), já o crescimento econômico, precisa, superar o crescimento demográfico, para expandir o nível de emprego e a arrecadação do governo, para que este possa investir no país, e proporcionar programas de beneficiamento para a população.

Para Furtado (2000) o desenvolvimento:

compreende a idéia de crescimento, superando-a, referindo-se ao crescimento de um conjunto complexo, não sendo de nível tecnológico, mas sim da diversidade das formas sociais e econômicas criadas pela divisão social do trabalho. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente da multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente (FURTADO, 2000 *apud* ROCHA, SIMAM, 2005, p. 10).

Para Feijó (2007), o desenvolvimento tecnológico é essencial para se atingir o crescimento econômico, que não basta somente poupar, investir e conter o crescimento populacional. Feijó (2007) explica que de acordo com o modelo de Solow, sem o crescimento tecnológico o produto ou renda per capita do país permanece estacionado, já a partir dos anos 90, economistas desenvolveram modelos de crescimento com capital humano, em que anos de escolaridade e o aprendizado de novas habilidades, qualificando o trabalhador aumenta o potencial produtivo. De acordo com o autor, juntando esses dois modelos pode-se tornar um país mais rico, ou seja, com um crescimento maior.

Feijó (2007), afirma sobre a diferença de crescimento e desenvolvimento, em que um país pode ser rico, com alto índice de indicador de crescimento, mas possuir baixos índices de indicadores sociais, assim a noção de desenvolvimento econômico, é de estimar se políticas de crescimento, estão alcançando realmente seus objetivos, ou seja, fazendo com que as necessidades humanas sejam mais satisfeitas.

Logo, percebe-se que o desenvolvimento diferente do crescimento econômico, é de grande magnitude, pois não basta o crescimento em números, se a qualidade de vida não vier a melhorar, e ainda podendo ficar pior do que estava. Mesmo assim, sabe-se que para que ocorra o desenvolvimento para melhorar as condições de vida, o trajeto não é tão fácil. Muitos são os obstáculos encontrados no Brasil, e o setor agrícola, percorreu e percorre um caminho difícil, para que ocorra o crescimento e o desenvolvimento econômico.

2.3 Desenvolvimento rural sustentável

Segundo Assis (2006), existe uma diferença entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável, já que o primeiro não precisa de uma ligação com justiça social e preservação dos recursos naturais. O mesmo autor cita que atualmente se tem buscado um desenvolvimento mais sustentável.

A preocupação com o futuro das nações, da população, dos recursos naturais, da destruição das florestas tropicais, da alimentação mundial, pobreza entre outros, vem mostrando o interesse dos governantes, organizações internacionais como a ONU – Organização Mundial das Nações - e a FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e outros em um crescimento que não se esgote, tornando assim o interesse na preservação do meio ambiente, um importante assunto a discutir, e buscar soluções urgentes, como por exemplo, por meio de políticas públicas, campanhas, cursos e palestras de conscientizações.

Em 1987, um relatório foi elaborado pela CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, chamado de Relatório Brundtland intitulado Nosso Futuro Comum que define o desenvolvimento sustentável como: “o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (WCED, 1991 *apud* TAYRA, 2007, p. 14).

O desenvolvimento sustentável significa compatibilidade do crescimento econômico, com desenvolvimento humano e qualidade ambiental. Portanto, o desenvolvimento sustentável preconiza que as sociedades atendam às necessidades humanas em dois sentidos: aumentando o potencial de produção e assegurando a todos as mesmas oportunidades (gerações presentes e futuras) (TAYRA, 2007, p. 14).

De acordo com Rocha e Siman (2005) há pouco consenso sobre o significado de desenvolvimento sustentável, já que existem várias opiniões sobre o que seria o ideal, no entanto, o que existe é a noção de o que não é desenvolvimento sustentável como “a exploração indiscriminada dos recursos naturais, a redução de sua oferta e a degradação dos recursos hídricos, a depleção da camada de ozônio, a perda da biodiversidade das florestas tropicais” Rocha, Siman (2005, p. 2).

Para Souza (2005) o desenvolvimento sustentável requer que além da melhoria dos indicadores econômicos e sociais exista a preservação do meio ambiente.

“Desenvolvimento sustentável é o que preserva o meio ambiente, sobretudo os recursos naturais não renováveis” (SOUZA, 2005, p. 8).

Segundo a Série Desenvolvimento Rural Sustentável do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (BUAINAIN, 2006, p. 39), “a agricultura familiar não pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do País sem se desenvolver e sem acompanhar os movimentos de transformação em curso na sociedade brasileira e no mundo em geral”. Ou seja, a sustentabilidade do desenvolvimento da agricultura familiar no momento seria capacitá-los para melhor competir com outras modalidades de organizações produtivas e observar as novas tendências e transformações, e assim poder aproveitar para competir em novos espaços.

Com a consciência ambiental, tem-se a oportunidade de novos caminhos para a pequena produção, a possível revalorização da agricultura familiar, como uso ainda de mão de obra e o menor uso de agrotóxicos. Como, por exemplo, o uso do espaço rural para o turismo e para parques ambientais. O autor também relata a tendência de um novo consumidor que procura qualidade nos produtos consumidos como “alimentos funcionais, saudáveis, com sabor, qualidade, cor e tamanhos específicos, que estejam disponíveis em abundância o ano todo a preços acessíveis.” Série Desenvolvimento Rural Sustentável do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (BUAINAIN, 2006, p. 42).

Um exemplo desse fator é o uso de produtos da agricultura familiar na merenda das escolas públicas no Brasil, desde 2002.

Portanto, é visto que para ter um desenvolvimento mais sustentável, existem vários caminhos para alcançá-lo. Assim, é importante estimular os agricultores para uma maior conscientização, e mostrar a eles as oportunidades existentes, não precisando prejudicar tanto o solo, rios e outros recursos naturais.

3 PRONAF E O COREDE-SUL

O presente trabalho tem o objetivo de analisar se nas cidades pertencentes do COREDE-SUL, conseguiu-se alcançar um melhor nível de desenvolvimento sustentável e analisar a eficiência desta política pública. De 1995 a 2010 o PRONAF liberou um total de aproximadamente um bilhão de reais para os agricultores familiares no COREDE-SUL contabilizando um total de aproximadamente 314 mil contratos.

Esta visa mostrar a importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na região analisada, dado os objetivos do programa. A importância de

melhores condições de vida no campo, diminuição do êxodo rural, crescimento e desenvolvimento econômico, entre outros.

3.1 Criação do PRONAF: a década de 90

Em 1995 foi implementado no Brasil pela Resolução CMN/BACEN n. 2.191 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, uma continuação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP.

Até a década de noventa, o setor da agricultura familiar não teve muito incentivo para seu desenvolvimento. “A década de noventa é marcada por alguns fatores que foram decisivos para mudar os rumos do desenvolvimento rural, principalmente na esfera governamental” (SCHNEIDER *et al*, 2004, p. 2).

O PRONAF foi criado em uma década, na qual aconteceram fatos relevantes na economia nacional e internacional, como a abertura econômica, a estabilização da economia, a desregulamentação dos mercados, a criação do bloco econômico do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, entre outros. O setor agrícola brasileiro sofreu bastante com a maior concorrência com seus parceiros comerciais, tendo que aumentar sua eficiência, já que o governo adotava na época uma política vinda do Consenso de Washington¹. As diretrizes do Consenso indicavam que o mercado deveria ser menos dependente das políticas de subsídio do governo, com uma menor intervenção estatal na economia.

Em um primeiro momento essa situação era menos favorável para os produtores rurais, principalmente para os pequenos, os quais tinham maior dificuldade para conseguir crédito, visto que nessa década as linhas de crédito para agricultores rurais eram muito pequenas.

De acordo com Schneider *et al* (2004) dois fatores foram essenciais para o crescimento e desenvolvimento do setor rural no Brasil: período de situações não favoráveis para o agricultor familiar e um estudo feito pela FAO-INCRA apontando a importância da agricultura familiar. De acordo com o mesmo autor a situação econômica do país e a abertura econômica, fez com que os agricultores ficassem em uma situação não favorável, tal circunstância fez com que o sindicato dos trabalhadores rurais reivindicasse pela agricultura familiar, do contrário seriam um dos mais prejudicados no setor.

1 De acordo com Silva (2006) Consenso de Washington é uma expressão criada pelo autor John Williamson, em 1989, que juntou 10 reformas, as quais acreditava ser necessárias para superar a crise da América Latina e Caribe, de acordo com a visão das Agências Multilaterais.

Conforme FAO (2005), com as reivindicações sindicais, com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e com o projeto FAO-INCRA, o Ministério da Agricultura, do Abastecimento, e da Reforma Agrária (MAARA) criou-se o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), no qual os beneficiados eram classificados de acordo com o tamanho de suas propriedades. O PROVAP foi criado no governo de Itamar Franco, em 1994. Já em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi revisto, tendo modificações, passando a se chamar PRONAF.

Atualmente, o governo reconhece o quanto é importante o setor agrícola para o nosso país, infelizmente em um país de economia primária exportadora houve atraso para tal reconhecimento de importância extrema para o Brasil. Somente em 1995 com a criação do PRONAF, surgiu o interesse do governo para este setor, depois de muitas reivindicações dos agricultores e de estudos feitos pela FAO e INCRA, que foi visto a intenção do governo em fazer com que diminuísse o êxodo rural e proporcionar financiamentos para o crescimento da produtividade, melhoria de vida do agricultor, entre outros, sobre esse mesmo assunto, Navarro (2010, p. 112) em seu trabalho diz que com a criação do PRONAF em 1995 foi institucionalizada a noção da “agricultura familiar”.

3.1.1 Funcionamento e objetivos do PRONAF

Na área institucional, o governo federal tem o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável. Diante disto, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) formaram quatro eixos norteadores de ação, são eles: combate a pobreza rural, segurança e soberania alimentar, sustentabilidade dos sistemas de produção, geração de renda e agregação de valor².

Em relação ao crédito rural, de acordo com sua lei 4.829, tem o objetivo de: incentivar o crédito rural, favorecer o custeio propício e adequado da produção e comercialização dos produtos agropecuários, fortalecer o setor rural e incentivar a introdução de métodos racionais de produção³.

O PRONAF, conforme o Banco Central do Brasil (2011) tem como objetivo dar apoio financeiro a família produtora rural que realiza atividades agropecuárias e não agropecuárias. O programa financia projetos individuais ou coletivos, com juros baixos. Através da Empresa

2 Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar - PRONAF (2011).

3 BRASIL. Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. Institucionaliza o Crédito Rural.

Estatal de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e do sindicato rural a família adquire a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), na qual, a família será classificada de acordo com suas especificações como renda e atividade explorada. Os créditos podem destinar-se a custeio, investimento ou integralização de cotas-partes de agricultores familiares em cooperativas de produção⁴.

Os créditos de custeio se destinam a financiamento da produção, das despesas do ciclo produtivo. Os de investimento se destinam ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura da produção e serviços. Os créditos para a integralização de cotas-partes visam o financiamento para o mesmo.

QUADRO 3.1: PRONAF: discriminação dos beneficiários

Beneficiário	Especificação
Grupo "A"	agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que ainda não recebeu crédito do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf;
Grupo "B"	explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, residam na propriedade ou em local próximo; renda bruta familiar de até R\$ 6.000, que no mínimo 30% desta renda venha da exploração agropecuária e não agropecuário do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento;
Agricultores Familiares	explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do PNRA; residam na propriedade ou em local próximo; renda bruta familiar acima de R\$ 6.000 e até R\$ 110.000, que no mínimo 70% desta renda venha da exploração agropecuária e não agropecuário do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até dois empregados permanentes;
Grupo "A/C"	agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF, que apresentem DAP para o Grupo "A/C", fornecida pelo Incra para os beneficiários do PNRA ou pela Unidade Técnica Estadual ou Regional (UTE/UTR) para os beneficiados pelo PNCF; já tenham contratado a primeira operação no Grupo "A"; não tenham contraído financiamento de custeio, exceto no Grupo "A/C".

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas pelo Banco do Brasil, Manual do Crédito Rural (2011).

4 BANCO CENTRAL DO BRASIL. Manual do Crédito Rural, Resolução 3.559.

São beneficiários do programa, o produtor que conforme suas especificações serão classificados de acordo com o Quadro 3.1.

Outro critério para a discriminação dos beneficiários é de que a área limite do estabelecimento seja de quatro módulos fiscais, que de acordo com a lei nº 8629 (1993) é classificado como pequeno proprietário.

Em cada plano safra é divulgado pelo MDA uma cartilha com a síntese dos planos para a nova safra, como linhas de crédito, os limites de financiamentos, encargos financeiros, taxas de juros, entre outros, assim a cada safra, algumas linhas de crédito são criadas, outras modificadas e algumas extintas, isso também acontece com a classificação dos beneficiários, desta forma, o programa torna-se atualizado com a situação, sendo assim mais eficaz.

Conforme Buainain (2007) a atual linha de ação governamental na agricultura não é mais uma política intervencionista e reguladora. O governo, no entanto, cria um ambiente macro favorável e oferece condições, seja direta ou indiretamente, para um maior desenvolvimento econômico, além disso, o governo tem como objetivo superar o problema da pobreza rural.

O mesmo autor enfatiza que a política sanitária e a política da infraestrutura de desenvolvimento são alguns dos novos instrumentos da política agrícola, preocupando-se com a segurança dos alimentos e também com a concorrência internacional, tornado os agricultores do país mais eficientes.

3.2 COREDE-SUL

Em 1991, foram criados no estado do Rio Grande do Sul os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE's), considerando as grandes desigualdades regionais. Os Conselhos Regionais tem como objetivo promover o desenvolvimento regional, para reduzir as desigualdades.

Neste estudo é analisado o impacto do PRONAF no COREDE-SUL, do qual, fazem parte vinte e duas cidades, são elas: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu conforme mostra no Anexo B - Mapa do COREDE-SUL.

Segundo dados do site da Fundação de Economia e Estatística (FEE), a população total do COREDE-SUL no ano de 2010 é de 842.809 habitantes numa área de 35.042,9 km².

4 METODOLOGIA

O presente trabalho aponta uma pesquisa aplicada, com o interesse de gerar conhecimento a população e ao governo. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica, através de coleta de dados, obtidos principalmente em órgãos governamentais. A coleta de dados neste trabalho baseia-se em dados secundários.

A pesquisa conforme o objetivo é descritiva, pois segundo Gil (2010) esse tipo de pesquisa descreve certa população e “podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis” (GIL, 2010, p. 27). Desta forma, como o trabalho refere-se à eficiência de um programa governamental no desenvolvimento econômico de certa população, viu-se que este seria o método adequado a ser utilizado e de acordo com o material colhido, O método é classificado como bibliográfico, pois utiliza-se de materiais já publicados, bem como dados disponibilizados pelo governo e órgãos de pesquisa, pela Internet e trabalhos publicados por vários autores.

Os dados coletados referentes à linha de crédito do PRONAF (custeio e investimento) contam com informações de números de contratos e do montante total do valor dos contratos, os mesmos, são do período de 1995 (data de criação do programa) a 2010 (ano civil), completando assim 15 anos do programa.

Quanto ao método de abordagem, o presente trabalho utiliza o método indutivo, que segundo Gil (2002), este método parte de descobertas através da observação e “a generalização não deve ser buscada aprioristicamente” (GIL, 2002, p. 34). O método permitiu que economistas não utilizassem da forma especulativa e que aplicassem a forma de observação para se alcançar conhecimentos científicos. Assim, como este trabalho baseia-se na observação de realidades do programa governamental PRONAF, este foi o método de abordagem enquadrado.

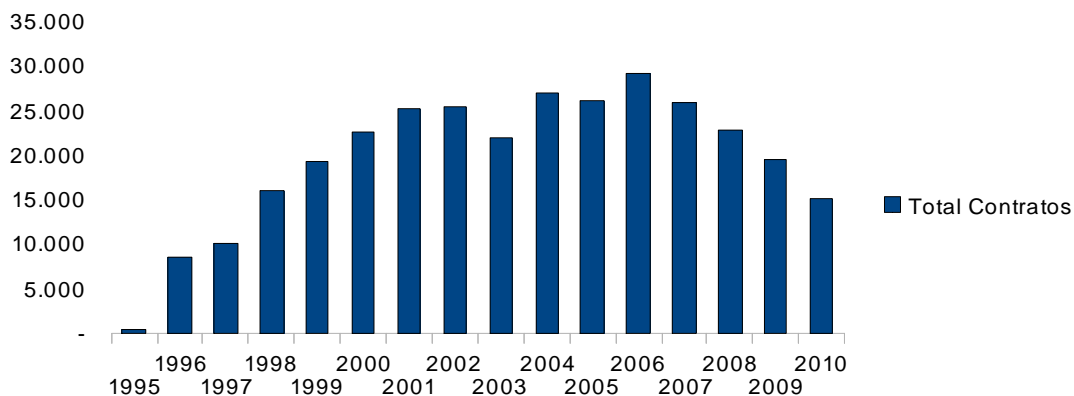
5 DADOS E RESULTADOS

Os dados aqui apresentados foram disponibilizados pela Secretaria da Agricultura Familiar, que faz parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário⁵. Os dados coletados referentes a linha de crédito do PRONAF (custeio e investimento) contam com informações

5 Os dados de 1999 não estão disponíveis no MDA, desta forma foi feito o ponto médio do ano de 1999.

de números de contratos e do montante do valor dos contratos, os mesmos, são do período de 1995 (data de criação do programa) a 2010 (ano civil), completando assim 15 anos do programa. Os dados do ano de 1999 não estavam disponíveis no sistema do MDA, desta forma, foi feito um ponto médio do ano.

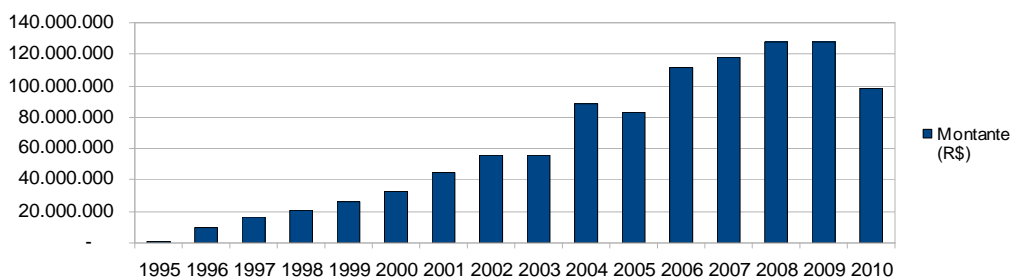
GRÁFICO 5.1: Total de contratos PRONAF no COREDE-SUL de 1995 a 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pelo MDA (2011).

No Gráfico 5.1 apresenta-se o total de contratos feitos no COREDE-SUL no período de 1995 a 2010, no qual apresentou um aumento significativo nas contratações, De 1994 a 2002 o crescimento no número de contratos chega a representar mais de 7.200%.

GRÁFICO 5.2: Montante contratado pelo COREDE-SUL de 1995 a



2010

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pelo MDA (2011).

Os valores montantes seguiram em uma tendência crescente. No entanto, em 2010 houve uma queda de 23,62%. O volume de recursos oferecidos passou de 888 mil reais em 1995 para 128 milhões em 2009 e aproximadamente 98 milhões em 2010.

A cidade que mais se destaca nos 15 anos do PRONAF no COREDE-SUL é Canguçu, com 121.606 contratos, contabilizando um montante total de aproximadamente 283 milhões

de reais, o que significa que só a cidade de Canguçu obteve 28% do total de recursos liberados no COREDE-SUL no período analisado este trabalho. São Lourenço do Sul é também uma das cidades de destaque, obtendo 19% do total dos recursos liberados para o COREDE, com um total de 46.344 contratos, Pelotas recebeu 131 milhões e meio de reais, com 34.093 contratos, São José do Norte fechou 19.242 contratos, mas não está entre as quatro cidades com maior volume de montante do recurso. No entanto, Piratini não está classificada como as quatro cidades que tiveram mais contratos, mas está entre as quatro com maior volume do montante, obtendo 68 milhões e meio de reais.

O maior número de contratos e montante em Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul é ocasionado por causa, de que estas três cidades juntas representam 54% da população rural do COREDE-SUL.

5.2 Dados de desenvolvimento econômico no COREDE-SUL

Nesta seção são analisados alguns dados, tendo como objetivo verificar o desenvolvimento das cidades pertencentes do COREDE-SUL. Na Tabela 3.4 são apresentados dados estatísticos do COREDE-SUL.

Segundo FEE (2011) em 2010 a população total do COREDE-SUL era de 842.849 habitantes correspondendo a 7,88% da população do estado do Rio Grande do Sul.

No Apêndice B é apresentado o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios, consultado no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, que se trata de um banco de dados eletrônico. A classificação do IDH é entre 0 e 1, sendo que de 0 a 0,479 é considerado nível de desenvolvimento humano baixo, de 0,480 a 0,669 nível de desenvolvimento humano médio, de 0,670 a 0,784 nível de desenvolvimento humano alto e 0,785 a 1 nível de desenvolvimento humano muito alto.⁶

Todas as cidades do COREDE-SUL obtiveram no IDHM 2000 um índice maior que 0,700, estando classificadas como desenvolvimento humano alto, a não serem as cidades de Arroio do Padre e Pedras Altas que foram emancipadas em 1996. No IDHM 2010, nota-se que o índice diminuiu em quase todas as cidades devido a queda expressiva do índice da educação. Os índices renda e longevidade aumentaram em todas as cidades. Das 22 cidades analisadas no IDHM 2010, 14 ficaram no nível de desenvolvimento humano médio, por causa da queda do índice da educação.

6 Informações obtidas no PNUD - Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

A Fundação de Economia e Estatística – FEE calcula desde 1991, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE, trata-se de um índice sintético, que inclui doze indicadores divididos em quatro quadros: Educação, Renda, Saneamento e Domicílios e saúde. Podendo ser classificado em três grupos: baixo desenvolvimento (índices até 0,499), médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799) e alto desenvolvimento (entre 0,800 e 1)⁷.

Na Tabela 5.4 a seguir, observa-se o IDESE do COREDE-SUL, do ano de 2000 a 2007, o número do COREDE muda, pois passando os anos, foram sendo criados mais conselhos regionais, como já foi citado anteriormente neste trabalho.

TABELA 5.4: IDESE do COREDE-SUL do ano de 2000 a 2007

Ano	COREDE nº	Educação		Renda		Saneamento e Domicílios		Saúde		IDESE	
		Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
2000	18	0,82	17º	0,69	10º	0,57	6º	0,83	21º	0,73	10º
2001	18	0,82	18º	0,7	13º	0,57	5º	0,83	21º	0,73	12º
2002	18	0,83	18º	0,69	14º	0,57	5º	0,82	21º	0,73	13º
2003	18	0,84	19º	0,7	15º	0,57	5º	0,82	21º	0,73	13º
2004	20	0,84	20º	0,7	17º	0,58	6º	0,82	21º	0,74	12º
2005	20	0,84	18º	0,69	16º	0,58	6º	0,82	24º	0,73	12º
2006	20	0,84	19º	0,71	16º	0,58	6º	0,83	23º	0,74	12º
2007	22	0,83	25º	0,73	19º	0,58	7º	0,84	23º	0,75	13º

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela FEE - IDESE (2011).

Na Tabela 5.4 verifica-se que o IDESE teve um melhoramento ao longo desses sete anos, em que, foi calculado o índice, estando classificado como médio desenvolvimento com um índice de 0,75 no ano de 2007. A educação e a saúde têm um bom índice de 0,83 e 0,84 respectivamente, o saneamento e domicílios é o grupo, em que, tem-se o pior índice, mas estando ainda classificado como médio desenvolvimento com um IDESE de 0,58, e a renda foi a que mais elevou passando de 0,69 em 2000 para 0,73 em 2007.

No Brasil, os Censos Agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apesar de serem de acesso público, não apresentam uma grande gama de resultados para os municípios, além de serem geralmente dados defasados. O último ano em que houve a pesquisa foi em 2006, antes dessa pesquisa, foi em 1996. Sendo que em 1996, o censo agropecuário não divide a pesquisa entre os grandes e pequenos produtores.

Com o reconhecimento da importância do setor de agricultura familiar, que contribui com significativa parcela no PIB brasileiro, notou-se a necessidade de pesquisas e apoio para o mesmo, uma vez que estes pequenos produtores enfrentam maiores dificuldades, já que no

⁷ Metodologia IDESE (2011). Para mais informações da metodologia do IDESE, está disponível no site da FEE.

âmbito rural, depende-se muito da natureza, como condições climáticas, condições do solo, pragas entre outros. Desta forma no Censo Agropecuário de 2006, o IBGE apresenta os primeiros resultados da agricultura familiar como será mostrado nesta seção.

O PRONAF nestes 15 anos de funcionamento já liberou aproximadamente 1 bilhão de reais e 314 mil contratos para os agricultores familiares nas cidades pertencentes do COREDE-SUL, sendo estes contratos referentes a propostas de custeio e de investimento, no qual, 70% dos recursos recebidos foi custeio e 30% em investimento.

Com base nos dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, verifica-se que em 2000 o COREDE-SUL possuía no meio rural uma população de 17% e em 2010 mesmo com um crescimento de 2% da população total deste COREDE, a população rural foi de 16%. Sendo que a maior população rural está nas cidades de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, tendo estes, 54% da população rural do COREDE-SUL.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006, foram identificados no COREDE-SUL 30.407 estabelecimentos de agricultores familiares, representando 84% dos estabelecimentos totais, sendo nesta região a agricultura familiar como predominante, ocupando uma área de 660.254 ha, bem menor do que a de não familiar, no qual esta possui bem menos estabelecimentos com um total de 6.041, mas com uma área de 1.873.894 ha. Este dado mesmo que seja visto como concentração de terras é um dado normal, já que a área limite dos estabelecimentos dos agricultores familiares é de 4 (quatro) módulos fiscais, ou seja, pequenos proprietários.

Conforme COREDE-SUL (2011) em 1996 o COREDE-SUL possuía 34.966 estabelecimentos, atualmente são no total 36.468, tendo um aumento neste período de 1.502 estabelecimentos.

Assim, visto que a região tem a agricultura familiar como atividade predominante, a política governamental de disponibilidade de crédito para esses agricultores é de significativa relevância para esta região, já que proporciona crédito para o ciclo de sua produção, investimentos em infraestrutura e outros programas que o PRONAF disponibiliza.

A agricultura familiar é predominante no COREDE-SUL, dessa forma, foi feita uma análise dos dados da produção de alguns produtos primários de destaque na região, para verificar a variação da produção do ano de 2001 e de 2009.⁸ Na produção agrícola, observa-se que de 2001 para 2009, o crescimento da produção se deu em maior volume no caso da soja, arroz e fumo. O produto de maior destaque em que se verifica o maior crescimento da

⁸ Dados do Banco de Dados da Zona Sul (2011).

produção e da área plantada é a soja, em 2001 as cidades que mais produziam foram Piratini e Canguçu, mesmo com o crescimento na produção de 80% e 82% respectivamente.

Analisando a pecuária verifica-se que não houve grandes variações. Neste ramo, é pequena a procura por crédito, geralmente o investimento e a criação são financiados com recursos próprios obtidos no ramo, diferente da agricultura que para obter o lucro da sua atividade econômica, o agricultor precisa esperar por um período maior, ou seja, até que o produto seja colhido e comercializado, assim, o agricultor possui maior necessidade pelo crédito, principalmente de custeio.

Com o aumento nos contratos e no montante via PRONAF, verifica-se no mesmo período um aumento na produção e em muitos lugares um aumento na área plantada. Desse modo, observa-se a importância do programa nesta região.

Os indicadores da educação de acordo com o Índice de Desenvolvimento Econômico – IDESE tiveram melhores resultados em 2008 quando comparados com o ano de 1991. O COREDE-SUL apresenta um quadro educacional característico de alto desenvolvimento em 2008, bem diferente de 1991, quando nenhuma das vinte e duas cidades tinha um índice maior que 0,800. A única cidade que não apresenta índice maior que 0,800 em 2008 é São José do Norte, mas teve um aumento do índice estando em médio desenvolvimento.

Já o índice do saneamento do IDESE⁹, mostra que mesmo tendo um aumento nos índices eles ainda são baixos, a cidade com melhor índice é Pelotas estando enquadrado como médio desenvolvimento com 0,690.

O índice saúde aumentou de 1991 a 2001 em todas as cidades, mas em 2008 se verifica que das vinte e duas cidades, quatorze tiveram pequena diminuição, ainda que estejam classificadas como alto desenvolvimento, com exceção de Pinheiro Machado que está em médio desenvolvimento.

Dessa forma, verifica-se que no período analisado do PRONAF, houve um melhoramento no bem-estar social da população deste COREDE, sendo que é visível que em relação ao saneamento básico há ainda muito que melhorar.

Foram analisados dados para verificar o crescimento e o desenvolvimento econômico, como renda, PIB, PIB per capita, incidência de pobreza e índice Gini.

O aumento da demanda do crédito rural, com os números de contratos e montante, demonstra a busca pelo crescimento seja na produtividade ou no investimento em infraestrutura do campo.

⁹ Dados do índice do saneamento disponibilizados pela FEE - IDESE (2011).

O índice da renda do IDESE em 2008 aumentou em todas as cidades do COREDE-SUL, sendo que Rio Grande apresenta o melhor índice com 0,843, seguido por Chuí com 0.842.

Os dados do PIB¹⁰ analisados mostraram que houve aumento no PIB destas cidades, de 1996 a 2008, a cidade com maior variação positiva foi Rio Grande com um aumento de 340%, seguido por Canguçu com uma variação positiva de 203,5%. Na mesma classificação está o PIB per capita¹¹, em que Rio Grande possui o maior PIB per capita, seguido por Chuí em 2008. Rio Grande teve um aumento de 301,39% no PIB per capita.

O índice Gini¹², que mede a desigualdade da renda, mostrou que as vinte duas cidades possuem um índice muito parecido que varia de 0,36 a 0,41 (0,36 em Turuçu e 0,41 em Pelotas). Isso demonstra que apesar de ter uma desigualdade de renda, ela é baixa nesta região. A incidência de pobreza¹³ é baixa no COREDE-SUL com um mínimo em Morro Redondo com uma incidência de 18% (0,37 - índice Gini) e com um máximo 34% em São José do Norte. A noção sobre este valor ser baixo é relativo, pois dependendo do planejamento da cidade que se analisa, pode-se querer trabalhar em cima do mesmo para obter valores mais baixos, mas comparando com outras cidades e com a possibilidade deste valor estar acima de 50%, o que, seria preocupante, este valor entre 18 e 34, analisado no presente trabalho é tido como baixo.

A preocupação com o futuro, hoje em dia visa que o desenvolvimento seja sustentável, desta forma, foi analisados alguns dados de preservação, benfeitorias e outros que estão localizados no Apêndice B. O primeiro dado analisado foi a utilização de terras – matas e/ou florestas – naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, nesse dado temos o número de estabelecimentos e a área de preservação, assim observa-se que Canguçu possui o maior número de estabelecimentos com matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal possuindo 2621 estabelecimentos, o que equivale a 26,53% do seu total de estabelecimentos. Amaral Ferrador possui 34,17% do seu total de estabelecimentos destinado a preservação. Dos 36.468 estabelecimentos do COREDE-SUL, 7067 possuem preservação das matas e/ou florestas, que equivalem a 19,38% do total dos estabelecimentos. Na área desta preservação equivale a 3,77% da área do total dos estabelecimentos do COREDE-SUL.

¹⁰ Dados disponibilizados pela FEE (2011).

¹¹ Dados do PIB per capita das cidades do COREDE-SUL estão disponibilizados pela FEE (2011).

¹² Dados disponibilizados pelo IBGE – cidades@ (2011).

¹³ Dados disponibilizados pelo IBGE – cidades@ (2011).

Na utilização das terras – matas e/ou florestas – naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais) 38% do total de estabelecimentos e 5,29% do total de hectares dos estabelecimentos do COREDE-SUL possuem utilização de terra, apresentando um resultado maior por causa dos sistemas agroflorestais, Já nos estabelecimentos que tem a utilização da terra para florestas plantadas com essências florestais equivale a 24,81% dos estabelecimentos totais e 6,56% da área total.

As melhorias como construções, benfeitorias ou caminhos obtiveram bons resultados no COREDE-SUL, onde 70,76% do total de estabelecimentos tiveram uma ou mais dessas melhorias.

O COREDE-SUL possui poucas terras degradadas, erodidas, desertificadas, salinizadas, etc. São 4,61% do total de estabelecimentos e 0,22% do total de hectares.

Desse modo, verifica-se a preocupação com um desenvolvimento mais sustentável no COREDE-SUL. Observa-se que há poucas áreas degradadas e existe a preservação e reserva de florestas e/ou matas, empresas de pesquisas agropecuárias também trabalham no desenvolvimento de técnicas mais ecológicas, usando menos agrotóxicos, o uso de insumos orgânicos, biodiversidade e outros. Outro segmento que vem crescendo muito é o consumo de produtos sem agrotóxicos, desta forma agricultores familiares possam usar deste, para aumentar sua renda e automaticamente tornado esta produção mais sustentável.

Desta forma, observa-se que no COREDE-SUL houve um maior crescimento, desenvolvimento econômico e um bom desenvolvimento rural sustentável, neste período analisados de 15 anos de funcionamento do PRONAF. Nesta análise não tem como saber precisamente o quanto o PRONAF ajudou para este crescimento, mas já que são cidades que possuem muitos estabelecimentos rurais, e geração de renda provinda destes mesmos, verifica-se o quanto o programa é essencial para o desenvolvimento destas cidades, em vista que para o investimento é fator importante o acesso ao crédito, e ainda mais o crédito do PRONAF, um crédito que beneficia pequenos produtores (agricultura familiar), facilitando o pagamento com juros baixos e nos prazos de pagamento de médio e a longo prazo.

6 CONCLUSÃO

Tendo como objetivo fundamental deste trabalho a análise de um programa governamental no setor da agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em seus 15 anos de funcionamento de 1995 a 2010 tem obtido bons resultados conforme seus objetivos. Assim, foi feito um estudo em cima de variáveis quantitativas e qualitativas nas vinte e duas cidades integrantes do Conselho Regional de Desenvolvimento Econômico do Sul – COREDE-SUL. Foram analisados os números de contratos e valor do montante de crédito de custeio e investimento assim como também dados sócios econômicos e de sustentabilidade rural.

Durante o período do programa, dado os números e valores dos montantes, esperava-se um crescimento nesses dados, então, o principal questionamento neste trabalho é: os municípios integrantes do COREDE-Sul conseguiram alcançar ou melhorar o desenvolvimento econômico de forma sustentável, a ponto de se poder definir como eficiente esta política pública?

Desta forma, primeiramente foi levantado dados dos contratos de custeio e investimento das vinte e duas cidades pertencentes do COREDE-SUL, tanto no número de contratos como no valor do montante, sendo coletado dados de 1995 (ano de criação) até 2010 (ano civil), assim foi constatado um crescimento expressivo no número de contratos, sendo que a partir de 2007 se observa uma queda que pode ter sido ocasionado, devido a reestruturação da dívida rural executado pelo governo, trazendo de volta a renda do agricultor (recuperação).

Nos valores do montante observou-se um crescimento chegando a 128 milhões de reais em 2009 e aproximadamente 98 milhões de reais em 2010. Canguçu foi a cidade que mais recebeu os recursos, obtendo 28% do total de recursos liberados.

Enxerga-se no melhoramento do desenvolvimento econômico e sustentável a solução para problemas como êxodo rural, pobreza rural, escassez de produtos para a alimentação mundial entre muitos outros. Além disso, sendo a agricultura familiar predominante no país representando 84,4% dos estabelecimentos totais, responsável por grande parte da produção, como 70% do feijão e 46% do milho e tendo 9% de participação do PIB em 2005, é conclusivo confirmar que programas de incentivo de desenvolvimento neste setor são de fundamental importância, trazendo ótimos resultados para o país.

No COREDE-SUL, a população rural em 2010 representa 16% do total, e a agricultura familiar representa 84% do total de estabelecimentos, desta forma, sendo esta esfera da agricultura familiar predominante na região, foram analisados dados de produção agrícola e

pecuária a fim de observar o crescimento do PRONAF nesse período. Analisando dados de 2001 e 2009, observou-se um crescimento na produção de produtos primários principalmente na soja, arroz e fumo. Desse modo constata-se a importância deste programa na região.

Em relação à pecuária não se verifica grandes variações, isto também é constatado em âmbito nacional, já que não é de costume do pecuarista obter créditos de custeio, geralmente seus negócios são financiados por recursos próprios, os recursos de custeio são mais utilizados por agropecuaristas. Mesmo assim, é observado um crescimento no setor pecuarista que quando não se dá no total da região, se dá em algumas cidades. Portanto, verifica-se, a grande relevância do PRONAF para este setor.

Analisando o desenvolvimento econômico no COREDE-SUL é importante verificar o bem-estar desta população, dessa forma, foram analisados dados da educação, saneamento básico e saúde. Os índices do IDESE mostram que o quadro educacional desta região é característico de alto desenvolvimento em 2008, bem diferente de 1991, quando nenhuma das cidades tinha um índice de alto desenvolvimento.

O índice de saneamento básico mostra que mesmo havendo um aumento no período de análise, eles ainda continuam baixos, das vinte e duas cidades, quinze estão em baixo desenvolvimento, e as sete restantes estão enquadradas em médio desenvolvimento. Sendo assim, apesar dos aumentos nos índices, ainda tem muito o que melhorar a região.

O índice da saúde aumentou de 1991 a 2001 em todas as cidades, o índice mostra que em 2008, com exceção de Pinheiro Machado, que ficou como médio desenvolvimento, todas as cidades restantes ficaram classificadas como alto desenvolvimento. Desta forma constata-se que o bem-estar desta sociedade melhorou durante o período de funcionamento do PRONAF.

O PIB e o PIB per capita, tiveram um aumento de 1996 a 2008, sendo que a cidade com maior variação positiva foi Rio Grande, com um aumento de 340% no PIB e 301% no PIB per capita, lembrando que este elevado aumento do PIB e PIB per capita em Rio Grande é resultado das grandes movimentações portuárias. Assim como o PIB per capita, não é suficiente para medir a qualidade de vida da população, foi analisado o índice Gini¹⁴ e a incidência de pobreza. As cidades pertencentes deste conselho apresentaram um índice que varia de 0,36 a 0,41, isso demonstra que apesar de ter uma desigualdade de renda, ela é baixa. A incidência de pobreza varia de 18% a 34%. Dessa forma, com uma incidência de pobreza não muito alta, baixa desigualdade de renda, aumento do PIB e PIB per capita, pode-se

14 O índice Gini mede o grau de desigualdade de renda per capita. Assim varia de 0 a 1, sendo que quanto mais perto de 0 menor é a desigualdade e mais perto de 1 maior a desigualdade.

afirmar que o COREDE-SUL está obtendo crescimento e desenvolvimento econômico ao mesmo tempo.

Em um desenvolvimento sustentável, em busca de futuro melhor, sem a exploração indiscriminada dos recursos naturais, foi feita a análise de alguns dados no COREDE-SUL, como preservação de matas e/ou florestas. Assim observou-se que 7067 estabelecimentos no COREDE-SUL possuem preservação das matas e/ou florestas, que equivale 19,38% do total. Matas e/ou florestas naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais) representam 38% do total de estabelecimentos do COREDE-SUL. No COREDE-SUL 4,61% dos estabelecimentos totais possui terras degradadas como erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.

É importante salientar que não somente o reflorestamento e a preservação de matas e/ou florestas são suficientes para uma agricultura sustentável. Na agricultura familiar, outras alternativas são possíveis e de extrema importância, criando na sociedade um novo pensamento de sustentabilidade, assim, para tornar uma agricultura mais sustentável, é possível opções, como: o uso da área rural para o turismo e a produção de alimentos mais saudáveis, sem agrotóxicos, em função do crescimento da demanda por estes tipos de produtos, assim, como outras alternativas que vão sendo descobertas ou conhecimentos repassados para uma produção mais ecológica.

Além do PRONAF, outros programas governamentais trabalham com o objetivo de melhorar o desenvolvimento rural sustentável, como por exemplo, a EMBRAPA e faculdades federais que desenvolvem pesquisas para o melhoramento do mesmo.

Apesar de ser recente o reconhecimento da agricultura familiar, é visto que em apenas quinze anos de funcionamento, o PRONAF tem beneficiado o COREDE-SUL, o estado e o país como um todo. Assim, o crescimento da produção e o incentivo a melhorias em infraestrutura e novos conhecimentos faz com que haja um desenvolvimento econômico sustentável.

Com a análise dos dados foi verificado que a educação teve um ótimo desenvolvimento durante este período, sendo uma esfera de grande importância para a população em geral.

No COREDE-SUL, com os dados analisados observou-se que houve crescimento e melhoramento no bem-estar da sociedade, o PRONAF favorece maior renda ao agricultor familiar, fazendo com que o mesmo, não abandone suas terras, incentivando ele e seus descendentes a obter mais conhecimentos e infraestrutura para o melhoramento das suas terras e novas fontes de rendimento.

Conclui-se, portanto que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, é de grande importância para o COREDE-SUL, no qual, nesses quinze anos de funcionamento, trouxe melhorias, favorecendo o crédito para o pequeno agricultor, visto que antes deste programa, era algo difícil de conseguir, assim as expectativas são de cada vez mais o PRONAF beneficiar muitas famílias, conforme o programa vai se ajustando as necessidades do agricultor. As melhorias para o campo e para o agricultor formam uma cadeia de beneficiários, logo esta maior produção de qualidade, preservação de matas e/ou florestas, o uso do campo como turismo, entre outros beneficia a muitas pessoas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo, **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo, **Agricultura familiar e uso do solo**. Revista São Paulo em Perspectiva vol. 11, n°2:73-78. Fundação SEAD. SP. Abr/jun, 1997.

AMARAL FERRADOR-RS SITE OFICIAL. Disponível em: <<http://www.amaralferrador.rs.cnm.org.br/portal1/municipio/evolucao.asp?iIdMun=100143011&sTipo=idh>>. Acessado em: 16/04/2011.

ASSIS, Renato L. de, **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Economia Aplicada 10 (1): 75-89, jan-mar 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do Crédito Rural** (Atualização n° 522, de 1°4.2011). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RED-PUBMANUAIS>>. Acessado em: 10/03/2011.

BANCO DE DADOS DA ZONA SUL. Disponível em: <<http://www.bancodedadoszonasul.com.br/content/?secao=banco-de-dados&id=17>>. Acessado em: 15/09/2011

BANDEIRA, Pedro S. **Uma experiência de institucionalização de regiões no Brasil: os COREDEs do Rio Grande do Sul**. In: 1 Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável , Florianópolis. 22-25 de agosto de 2007.

BENTO, Cláudio Moreira. **Município de Canguçu-RS: Formação Histórica**. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/cangucu.htm>>. Acessado em: 16/04/2011. Documento sem data.

BRASIL. Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006. Documento não numerado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acessado em: 20 de maio de 2011

BRASIL, Ida C. Pessoa, **Estado, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável: construção de uma relação diferenciada**. Tese de doutorado, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, Brasília-DF. Junho, 2004.

BRASIL. Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. **Institucionaliza o Crédito Rural**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4829.htm>. Acessado em: 10/03/2011.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Acessado em 14/03/2011.

BUAINAIN, Antônio M. **Modelo e Principais Instrumentos de Regulação Setorial: uma nota didática**. Dimensões do agronegócio Brasileiro: políticas, instituições e perspectivas, Brasília: MDA, Nead Estudos, 2007.

CARNEIRO, Patrício A. Silva, **A Unidade de Produção Familiar e os enfoques teóricos clássicos**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009. COMITE DE FRUTICULTURA DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.comitedefruticultura.com.br/index.htm>>. Acessado em 17/04/2011.

COREDE-SUL – Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul, **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul do RS**. Disponível em: <http://www.bancodedadoszonasul.com.br/htmlarea/midia/files/coredesul/PLANO_ESTRATEGICO.pdf>. Acessado em: 15/09/2011

ESTATUTO DA TERRA - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Documento não numerado. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104451/estatuto-da-terra-lei-4504-64>>. Acessado em: 20 de junho de 2011.

FAO, **Um estudo de caso do PRONAF nos municípios de Orizona e Davinópolis no Estado de Goiás**, Preparado para o Governo do Brasil pela Oficina Regional da FAO para América Latina e o Caribe. Santiago. 2005.

FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/>>. Acessado em: 06/04/2011.

FEIJÓ, Ricardo. **Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas, e o caso brasileiro**. São Paulo, Atlas, 2007.

GIAMBASI, F et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

GIL, Antônio Carlos, **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografia**. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos, **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário - Agricultura Familiar 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 15/05/2011.

IBGE. **Censo Agropecuário - Agricultura Familiar 2006 - Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários.** Comunicação Social. 30 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1466>. Acesso em 15/05/2011.

IBGE Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessado em 20/08/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>>. Acessado em: 14/04/2011.

MARQUELLI, Rodrigo. P. O. **Desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro.** Brasília: ISAEFGV/ Ecobusiness School, 54p. Monografia. 2003.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acessado em 10/03/2011.

MEDEIROS, Carlos Alberto Barbosa; GOMES, João Carlos Costa ; REICHERT, Lírio José, **A Embrapa Clima Temperado e a Agricultura Familiar.** Documento não numerado. Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.1/3, set/dez 2006.

MULLER, Charles C., **A Política Agrícola no Brasil, uma visão de longo prazo.** Revista de Economia Agrícola, Ano XIX Edição Especial de Aniversário do MAPA, p. 9 – 23. Julho, 2010.

NAVARRO, Zander, **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001

NAVARRO, Zander, **Meio século de transformações do mundo real brasileiro e a ação governamental.** Revista de Economia Agrícola, Ano XIX Edição Especial de Aniversário do MAPA, p. 108 – 118. Julho, 2010.

NEAD, **PIB da Agricultura Familiar,** Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Brasília, 2007.

PESSÔA, André. **Política de Substituição de Importações.** Documento não numerado. Disponível em: <<http://www.brazil.guide.com.br/port/economia/agric/substimp/index.php>> Acessado em: 10 de junho de 2011.

PEDROSO, Maria T. Macedo. **Agricultura Familiar Sustentável: Conceitos, experiências e lições.** Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, DF, junho, 2000.

PNUD. Documento não numerado. Disponível em: http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97. Acessado em 28/09/2011.

PNUD, **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em:<<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acessado em 20/04/2014.

PONTES, Raquel P. **UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NO COREDE-SUL**. Monografia. FURG. Rio Grande, RS. 2011.

PORTAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA; SECRETÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF; PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acessado em 16/03/2011.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Documento não numerado. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=12666&Texto=>>. Acessado em 25/03/2011.

ROCHA, Jefferson Marçal da; SIMAN, Renildes. **Desenvolvimento Sustentável: desmitificando um axioma - a sustentabilidade na agricultura em questão**. In: X Encontro Nacional de Economia Política, 2005, Campinas. X Encontro Nacional de economia Política. CAMPINAS: Tec editora, 2005.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio e MATTEI, Lauro. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004: 21-50.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ – SEPLAG; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – DEPLAN. **Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul**. Disponível em:<<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/default.asp>>. Acessado em: 18/03/2011.

SILVA, Fernanda Faria, **Distribuição de Crédito para a Agricultora Familiar: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural**. Dissertação apresentada na pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia para o título de mestre em Economia. Uberlândia. 2006.

SILVA, Mariangela A., MARION FILHO, Pascoal J., CORONEL, Daniel A. **Análise das desigualdades entre os Coredes no período de 1990 a 2003: origem e evolução**. Perspectiva Econômica; v.3, n, 1: 62 - 81, jan./jun. 2007

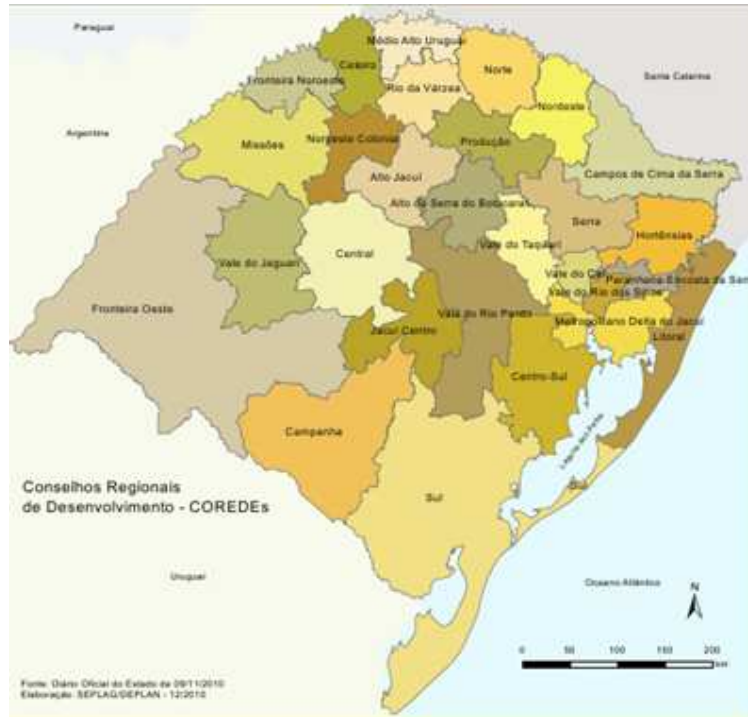
SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª ed. São Paulo. Atlas, 2005.
TAYRA, F. **O conceito de desenvolvimento sustentável**. Revista de Economia & Desenvolvimento sustentável. Campina Grande, V I, número experimental, p. 14-16, 2007.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3.ed. Passo Fundo. UPF. 2001.

VENÂNCIO, Marcelo. **Agricultura Familiar: diferentes interpretações e territorialidades**. Documento não numerado. Parte da dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 2008.

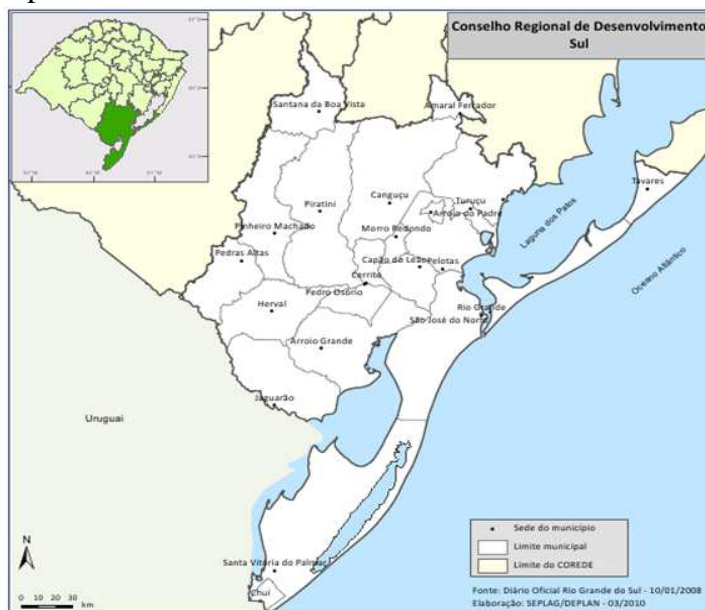
ANEXOS

ANEXO A – Mapa - Regiões do COREDEs



Fonte:SEPLAG/DEPLAN (2011).

ANEXO B – Mapa do COREDE-SUL



Fonte: SEPLAG/DEPLAN (2011).

APÊNDICES

APÊNDICE A – IDH dos municípios do COREDE-SUL do ano de 1991, 2000 e 2010

IDHM - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICÍPIOS

Município	IDHM			RENDA			LONGEVIDADE			EDUCAÇÃO		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Amaral Ferrador	0,644	0,727	0,624	0,589	0,643	0,664	0,686	0,73	0,802	0,656	0,809	0,457
Arroio Grande	0,696	0,758	0,657	0,627	0,676	0,673	0,681	0,742	0,807	0,781	0,856	0,522
Arroio do Padre	-	0,560	0,669	-	0,640	0,756	-	0,790	0,860	-	0,348	0,461
Canguçu	0,663	0,743	0,650	0,586	0,638	0,683	0,693	0,777	0,819	0,709	0,813	0,491
Capão do Leão	0,711	0,770	0,637	0,577	0,635	0,662	0,765	0,795	0,814	0,791	0,88	0,480
Cerrito	0,672	0,741	0,649	0,601	0,626	0,657	0,693	0,777	0,824	0,722	0,821	0,504
Chuí	0,751	0,811	0,706	0,723	0,73	0,676	0,691	0,767	0,792	0,838	0,936	0,658
Herval	0,700	0,754	0,687	0,598	0,638	0,730	0,748	0,782	0,843	0,755	0,843	0,527
Jaguarão	0,707	0,764	0,707	0,654	0,702	0,698	0,651	0,703	0,832	0,816	0,888	0,608
Morro Redondo	0,703	0,770	0,702	0,601	0,683	0,719	0,736	0,777	0,864	0,771	0,851	0,557
Pedras Altas	-	0,482	0,640	-	0,573	0,647	-	0,765	0,820	-	0,256	0,493
Pedro Osório	0,712	0,769	0,678	0,668	0,698	0,683	0,693	0,737	0,829	0,775	0,872	0,551
Pelotas	0,768	0,816	0,739	0,701	0,748	0,758	0,736	0,777	0,844	0,868	0,922	0,632
Pinheiro Machado	0,691	0,752	0,661	0,625	0,669	0,685	0,686	0,717	0,846	0,763	0,869	0,499
Piratini	0,670	0,756	0,658	0,570	0,65	0,672	0,753	0,780	0,821	0,686	0,838	0,517
Rio Grande	0,739	0,793	0,744	0,684	0,735	0,752	0,691	0,727	0,861	0,843	0,918	0,637
Santa V. do Palmar	0,721	0,799	0,712	0,685	0,776	0,709	0,668	0,727	0,861	0,811	0,894	0,591
Santana da B. Vista	0,635	0,724	0,633	0,525	0,612	0,630	0,704	0,73	0,802	0,675	0,830	0,503
São José do Norte	0,613	0,703	0,623	0,57	0,608	0,663	0,626	0,727	0,792	0,642	0,775	0,461
São Lourenço do Sul	0,728	0,777	0,687	0,654	0,686	0,722	0,736	0,777	0,849	0,793	0,868	0,528
Tavares	0,668	0,761	0,656	0,629	0,668	0,692	0,691	0,817	0,828	0,684	0,797	0,492
Turuçu	0,740	0,759	0,629	0,725	0,649	0,685	0,734	0,777	0,814	0,761	0,850	0,446

Fonte: PNUD Brasil – Tabelas de ranking do IDH-M (2014).

APÊNDICE B – Utilização da terra no COREDE-SUL

MUNICÍPIOS	Utilização das terras - Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal - estabelecimentos agropecuários		Utilização das terras - Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais) – estabelecimentos agropecuários		Utilização das terras - Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais - estabelecimentos agropecuários		Utilização das terras - Construções, benfeitorias ou caminhos - estabelecimentos agropecuários		Utilização das terras - Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.) - estabelecimentos agropecuários	
	Unidades	Hectares	Unidades	Hectares	Unidades	Hectares	Unidades	Unidades	Hectares	
Amaral Ferrador	383	4.619	341	1.494	359	2.907	954	23	153	
Arroio do Padre	110	360	294	919	385	1.024	491	5	5	
Arroio Grande	131	3.088	258	3.525	59	9.108	460	2	0	
Canguçu	2.621	15.720	4.171	26.450	3.396	15.036	7.465	170	388	
Capão do Leão	80	3.075	74	2.972	29	2.085	162	18	618	
Cerrito	254	2.129	334	2.235	118	1.077	616	1	0	
Chuí	9	0	2	0	5	29	18	0	0	
Herval	1	2.507	700	17.331	46	8.596	524	14	51	
Jaguarão	113	3.576	92	1.463	35	2.902	458	4	164	
Morro Redondo	104	348	449	1.768	175	471	456	22	73	
Pedras Altas	82	2.344	103	6.489	31	14.056	278	3	7	
Pedro Osório	41	463	37	686	27	1.721	110	0	0	
Pelotas	18	5.332	1.473	5.793	1.291	4.052	2.983	61	208	
Pinheiro	98	7.495	635	12.389	79	28.621	1.075	1	0	
Piratini	853	28.374	1.189	21.947	190	29.570	1.333	43	552	
Rio Grande	106	997	204	2.503	135	17.359	931	10	815	
Santa V. do	24	2.101	23	430	78	6.214	258	3	1.868	
Santana da Boa	389	3.181	906	10.502	91	1.348	1.217	14	24	
São José do	199	881	517	1.054	125	7.014	1.357	15	173	
São Lourenço do	1.335	7.909	1.893	11.762	2.066	8.910	3.685	225	427	
Tavares	76	531	207	1.722	147	3.494	612	5	57	
Turuçu	40	622	152	643	179	533	363	9	51	
TOTAL	7.067	95.652	14.054	134.077	9.046	166.127	25.806	648	5.634	

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo agropecuário 2006, disponibilizados pelo IBGE – Cidades@ (2011).